

Cooperativas na mira da Justiça

31 MAI 1998

Juizado de Pequenas Causas analisa fraudes praticadas por associações habitacionais. Mais de cem processos estão tramitando

As cooperativas habitacionais estão na mira do Juizado de Pequenas Causas do Distrito Federal. Muitas delas estão aplicando golpes contra os cooperados. Recebem, por antecipação, o dinheiro de seus clientes e não entregam os imóveis. Pior: mesmo depois de condenadas e obrigadas a devolver o que receberam, algumas têm feito o pagamento com cheque sem fundo, em afronta direta à Justiça.

A questão das cooperativas habitacionais de fachada é tão séria que um grupo de juizes do Tribunal de Justiça deverá se reunir, ainda esta semana, para elaborar medidas mais efetivas de combate às fraudes na atividade, visando a sua eliminação. "É necessário adotar uma posição mais dura contra os fraudadores, sob pena de a Justiça cair em descrédito", ressalta Guimarães Fialho. Existem mais de 100 processos habitacionais pendentes no Juizado de Pequenas Causas.

Uma das cooperativas que está na mira da Justiça é a Cohaplane, que atua na região de Valparaíso. Mesmo depois de ganhar ação contra a empresa, em junho de 1997, José Amaro Pinto recebeu um cheque de R\$ 1.582 (referente às parcelas pagas), sem fundos. Até hoje o caso persiste sem solução. Outra vítima é Ednaldo Alves de Faria, que recebeu um cheque sem fundo de R\$

2.310,00 quando pediu, no Juizado, a devolução do que havia pago por uma sala no Setor de Diversões Sul. O mais curioso das fraudes habitacionais é que elas se concentram na região de Águas Claras, bairro de Taguatinga, onde fica a residência oficial do governador do Distrito Federal.

Acidentes de automóveis e devolução de cheques são os casos mais comuns no Juizado de Pequenas Causas do Distrito Federal. O valor das ações não pode ultrapassar 20 salários mínimos (R\$ 2.600). Acima dessa quantia, o processo é remetido para a Assistência Judiciária ou para a Defensoria Pública do Tribunal de Justiça. O diretor do Juizado, Alexandre Guimarães Fialho, explica que a maior parte das ações se refere à cobrança de valores, reparação de danos e execução de sentença para compensação por prejuízos.

CRESCIMENTO

Desde 1996, quando começou a funcionar, o Juizado já distribuiu 12 mil processos, dos quais 8 mil (67%) já foram concluídos. Guimarães Fialho diz que a tendência é de crescimento vertiginoso do número de casos. Por este motivo, o Tribunal de Justiça decidiu descentralizar os serviços, que passarão a ser feitos em cada cidade. Atualmente, o Juizado do DF acumula toda a

demanda de processos do Distrito Federal, com exceção de Taguatinga, que já possui o seu.

Quanto às batidas de carros, o diretor do Juizado esclarece que aquele que tiver seguro terá primeiro de pagar os prejuízos para só então requerer à seguradora o ressarcimento. A cobrança de cheques sem fundos, apesar de numerosa, em geral é resolvida mais rapidamente. Caso seja intimado e não compareça perante o juiz, o emissor do cheque sem fundo recebe a visita de um oficial de justiça para penhora de seus bens. Se tentar fugir, pode ficar preso por tempo indeterminado.

Ilda Paixão da Silva, tenta reaver no Juizado R\$ 1,180,00 que foi obrigada a pagar por seu ex-marido, motorista de táxi, envolvido em acidente de trânsito. "Tive de pagar o prejuízo dele, senão meus bens seriam penhorados", explica. Outro caso é o do 3º Sargento Maurício Tavares da Cruz, que acreditou nas promessas da Odonto Medical Card. O militar entregou à Odonto Medical três cheques pré-datados no valor de R\$ 116,00, com a expectativa de se tornar sócio da empresa e receber um aparelho de correção da arcada dentária para sua filha. Não só não recebeu o aparelho como ficou sem o dinheiro. A ousadia da Odonto Medical chegou a tal ponto que a empresa conseguiu receber de Maurício mais três cheques para trocar pelos três primeiros. Não trocou e Maurício ficou sem os seis cheques, o aparelho e está com o nome sujo no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), sem talão de cheques e cartão de crédito suspenso.